

**RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 33.810 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
RECTE.(S) : **MICHAEL FERREIRA DRUMOND**
PROC.(A/S)(ES) : **DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL**
RECDO.(A/S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

DECISÃO: Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança **interposto** contra decisão que, **emanada** do E. Superior Tribunal Militar, **restou consubstanciada** em acórdão assim ementado (fls. 145):

“AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. DPU. PRESCRIÇÃO DO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 18 DA LEI Nº 5.836/72. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. ATO COATOR CONSISTENTE EM DECISÃO JUDICIAL. USO DO MANDADO DE SEGURANÇA COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE.

1. É inadmissível a impetração de Mandado de Segurança para desconstituir ato revestido de conteúdo jurisdicional, considerando a possibilidade de interposição de recurso próprio, assim como contra decisão transitada em julgado, conforme Súmulas nº 267 e 268 do STF.

2. Inexistindo irregularidade no julgamento do Conselho de Justificação e dos recursos dele decorrentes, não há ato ilegal a ser combatido.

Agravo Regimental conhecido e rejeitado. Decisão unânime.”

(Agravo Regimental (2) nº 18-09.2015.7.00.0000/DE, Rel. Min. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA – grifei)

Alega-se, em síntese, na presente sede recursal, **para efeito da pretendida reforma** da decisão ora recorrida, “(1) o reconhecimento da prescrição, (2) a nulidade em razão da ilegitimidade do Comandante da Marinha para representar ao Conselho de Justificação, (3) a suspensão da exclusão do

serviço ativo em trâmite, (4) a concessão de férias não autorizadas de gozo; no mérito, (5) a reforma conforme preceituado no art. 16, II, § 1º, da Lei nº 5.836/72” (fls. 169).

Passo a examinar o pleito em causa. **E, ao fazê-lo, entendo não assistir razão** à parte ora recorrente, **eis que** o acórdão ora questionado nesta sede recursal **ajusta-se, integralmente, à orientação jurisprudencial** que esta Suprema Corte **firmou** a propósito da matéria em análise.

Com efeito, em situações idênticas à que se verifica na presente causa, **a jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal **tem ressaltado** a inviabilidade processual da pretensão **deduzida** nesta sede recursal:

“Agravos regimentais em recurso em mandado de segurança. Mandado de segurança impetrado contra ato jurisdicional. Agravo regimental não provido.

1. É inadmissível a impetração de mandado de segurança contra ato revestido de conteúdo jurisdicional passível de recurso. Incide na espécie a Súmula nº 267/STF.

2. Ausência de teratologia, ilegalidade ou abuso flagrante na decisão judicial objeto da impetração.

3. Agravo regimental não provido.”

(RMS 32.000-AgR/ES, Rel. Min. DIAS TOFFOLI)

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. ATO JURISDICIONAL: DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O mandado de segurança contra atos jurisdicionais é inadmissível, exceto nas hipóteses de teratologia ou de flagrante ilegalidade do ‘decisum’. Precedentes: RMS 32.017 AgR/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes; RMS 30.989/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia; RMS 31.214-AgR/DF, Rel. Min. Dias Toffoli (...).”

(RMS 32.389-AgR/DE, Rel. Min. LUIZ FUX)

RMS 33810 / DF

“Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. 2. Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição, bem como em face de decisão judicial com trânsito em julgado (Súmulas nºs 267/STF e 268/STF). 3. Recurso desprovido.”

(RMS 26.340/DF Rel. Min. GILMAR MENDES)

Sendo assim, e pelas razões expostas, **nego provimento** ao presente recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília, 05 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator